

# PEACE, BREAD, AND 50 YEARS OF (NO) HOUSING

J. A. TULIO FILHO

Faculty of Fine Arts, University of Porto, Portugal

SUSANA BARRETO

Faculty of Fine Arts, University of Porto, Portugal

**J. A. Tulio Filho** is a PhD student and Master in Image Design (FBAUP). A branding specialist with 70+ awards, he served as a national representative for Design at MinC (Brazil) and was a counselor for urban policies. His research explores design activism, housing justice, and the attention economy. ORCID: 0009-0007-7886-2080

**Susana Barreto** is an Associate Professor at FBAUP and a researcher at ID+. Her research explores ethics in visual communication, cross-cultural design, and plural narratives. She focuses on preserving endangered specialized knowledge and the intersections of design with crime and local storytelling through diverse artistic and academic practices.

### **Acknowledgements**

The author expresses deep gratitude to all those on the front lines of the struggle for better housing conditions, notably the Porta a Porta Movement for its institutional support of this research. A very special thank you to my supervisor, Professor Susana Barreto, for her exceptional guidance and for leading me to this result. I also express my profound recognition to Architect, Professor, and Activist Alexandre Alves Costa, whose work, legacy, and wisdom significantly informed this investigation. I thank my colleagues from the Master in Image Design (FBAUP), Pedro Campos and Jaime Peña, for their collaboration in documenting housing demonstrations. Further appreciation is extended to Luísa Simões Francisco and Joana Morão Carrega Moreira, from the Centro de Documentação 25 de Abril, for their invaluable assistance. Finally, I thank the organizers of the Visions of the Future Conference, where the initial stages of this research were first presented.

### **Corresponding author**

J. A. Tulio Filho

Av. Mouzinho de Albuquerque, 79 4N, 4490-409, Póvoa de Varzim, Portugal  
josea.tuliofilho@gmail.com

### **Schedule for publication**

Accepted for Publication: 28th October 2024

Published online: 31st December 2025

## Abstract

This study aims to critically analyze how the communications and images produced in housing protests in Portugal can demonstrate the transgenerational nature of the housing issue. Over the past 50 years, Portugal has experienced various housing crises. The question arises: is this a series of isolated crises, or a continuous, underlying issue? Despite progress made, there may be evidence that the housing problem is deeply rooted and transgenerational. Through a visual ethnographic analysis and the activist observation of images and communications produced during protests between 1974 to 1977 and 2019 to 2024, this study seeks to identify persistent discourses, symbols, and elements, understanding how visual communication has been used as a tool for social mobilization and pressure to guarantee the right to housing. A comparative examination of the images reveals the persistence of unmet demands, even though the right to adequate housing has been enshrined in the Portuguese Constitution since 1976. By making the struggle for housing visible, this study contributes to the dialogue and strengthening of social justice and movements, equality, and the well-being of the population.

**Keywords:** *Visual Ethnography, Portuguese Housing Crisis, Design and Protests, Activist Observation, Transgenerationality*

## A paz, o pão e 50 anos de (sem) habitação.

A história da luta pela habitação em Portugal é indissociável do protesto. Desde o 25 de Abril de 1974, a chamada Revolução dos Cravos<sup>1</sup>, ela tem sido marcada por um forte componente de mobilização social. O protesto é um espaço fundamental para a expressão das demandas e a construção de uma narrativa comum em torno do direito à habitação. Mais que isso, é uma forma de expressão, um instituto da democracia participativa e em síntese, uma forma de discurso visual. Amparado pela liberdade de expressão e pelo direito à manifestação, tem sido uma ferramenta fundamental para visibilizar as desigualdades habitacionais e pressionar por mudanças nas políticas públicas. As manifestações, além de serem espaços de reivindicação colectiva, são também palcos para a expressão individual.

Ao ir além das palavras de ordem e das formas tradicionais de protesto, os manifestantes podem explorar sua criatividade e diversidade, utilizando diferentes linguagens e meios para comunicar suas demandas. Essa liberdade de expressão permite que cada indivíduo encontre sua própria forma de se conectar com o movimento e de contribuir para a construção de um discurso mais rico e complexo. Participar de uma marcha e fazer parte de um coro tem força e sem dúvida contribui para a legitimidade da causa e do próprio movimento social a qual está ligado. Mas exercer sua expressão por meio de uma comunicação visual aplicada em algum suporte, parece elevar a outro patamar a participação do cidadão. No entanto, apesar da persistência das mobilizações, as respostas por parte do poder público nem sempre foram proporcionais às demandas da sociedade, evidenciando a complexidade e a estruturalidade da questão habitacional em Portugal.

Se no início dos anos 70 em Portugal, convivia-se com uma dura realidade<sup>2</sup> onde cerca de um terço da população estava mal alojada com aproximadamente 35 mil famílias vivendo em barracas e 620 mil em casas sobreocupadas, 57% da população sem acesso à saneamento básico, 53% à água canalizada, 48% à energia elétrica e uma estimativa de um déficit habitacional de 600 mil fogos (Ferreira 2005), a atualidade não é menos dura.

Apesar da Constituição portuguesa garantir o direito à habitação condigna desde 1976 em seu 65º artigo, a realidade de uma parte significativa dos portugueses e residentes se distancia desse ideal.

Segundo a Lei Constitucional:

- Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.
- incumbe ao Estado promover a construção de habitações económicas e sociais; incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução; adoptar uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria.

Como relata Roseta (2024), o debate sobre o artigo foi feito palavra a palavra, onde a pressão e a esperança popular no 25 de Abril equivaliam-se à vontade genuína de todos os constituintes, mesmo com opiniões antagónicas, em dar o melhor de si e responder à altura a expectativa daquele momento. Apesar da clareza do artigo, o que ele revela é um

<sup>1</sup> Resultante de um movimento político e social, marcou o fim do regime ditatorial do Estado Novo, vigente desde 1933, e deu início a um processo que culminaria na implantação de um regime democrático, com a entrada em vigor da nova Constituição Portuguesa em 25 de abril de 1976. A revolução foi liderada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), composto principalmente por capitães que haviam participado da Guerra Colonial.

<sup>2</sup> Instituto Nacional de Estatística. 1973.

direcionamento que acabará, com o passar do tempo, por fragilizar os movimentos sociais, priorizar o capital, desviar o foco da desigualdade social para o desordenamento urbano e estabelecer espaço fértil para a especulação, pela preferência da oferta de produtos de gama alta e para a descoordenação entre iniciativas privadas de oferta habitacional e a provisão de equipamentos urbanos como aponta Drago (2024):

Embora a promessa de abrir caminho para uma sociedade socialista encime o texto da Constituição de 1976, a derrota das reivindicações desse movimento popular urbano pode ser igualmente sinalizada nos preceitos constitucionais que definiram o artigo 65º do direito à habitação da nova cidadania democrática, que exclui deliberadamente a criação de empresas/serviços públicos dedicados à provisão pública habitacional; que colocou a apropriação pública dos solos urbanos como exceção; e finalmente, que vinculou o Estado democrático à obrigação de apoiar as famílias na aquisição de propriedade habitacional.

Depois de vivenciar um significativo período em que o índice de alojamentos sobrelotados diminuiu, na última década tivemos uma inversão de tendência e cerca de 560 mil alojamentos encontravam-se sobreocupados segundo o censo de 2021 (Pordata, 2021). Aproximadamente 38 mil famílias vivem em situação indigna e há um claro descompasso entre os preços de casas e rendas e os salários das famílias. A variação real dos preços da habitação em Portugal na última década é quatro vezes maior que na Zona Euro e apenas 2% da habitação é pública, seis vezes menor que a média europeia (Rodrigues et al. 2024). Entre 2016 e 2019 o valor da habitação cresceu 32%. Entre 2019 e 2023 este aumento foi na ordem de 60%. Hoje, apenas 2% dos fogos disponíveis em Portugal foram construídos com a participação direta do Estado, percentual que é muito inferior aos 8,3% da média da União Europeia (Areia 2024, 52-60).

As sucessivas gerações têm enfrentado dificuldades crescentes para aceder uma casa adequada, revelando a ineficácia das políticas públicas implementadas até o momento. O fortalecimento da democracia, o progresso com o crescimento exponencial do PIB e a injeção de capital oriundo da Comunidade Europeia não foram suficientes para reverter esse quadro, evidenciando a necessidade de uma revisão urgente das estratégias governamentais. Sondagem desenvolvida pelo ISC/ISCTE (2024) procurou analisar a opinião dos portugueses sobre a melhoria de vida nos últimos dez anos. Esse mesmo estudo foi realizado em 2014 e 2004 permitindo assim um comparativo ao longo dos últimos 20 anos. Em 2024, a proporção de inquiridos que percebem melhorias em suas vidas aumentou face a 2014 em praticamente todas as questões, mas a exceção clara a este padrão é a habitação. Em 2004, 61% percebiam melhorias neste quesito, valor que aumentou para 74% em 2014 e que em 2024 já só 47% consideraram melhor desde o 25 de Abril (Figura 1).

Recentemente, dados divulgados pelo *OECD Affordable Housing Database* (2025), base de dados coletados desde 1995 pela Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico, indicam que Portugal é, entre os 38 membros da OCDE, o país onde comprar uma casa tornou-se mais difícil. Com base nas informações é possível estabelecer um rácio, entre a evolução dos rendimentos e a evolução dos preços, que a instituição denomina de Índice de Acessibilidade Habitacional. Por este índice, onde quanto

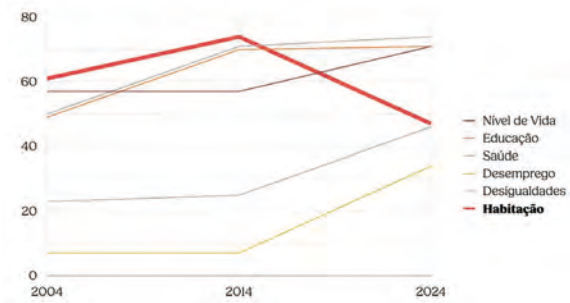


Fig. 1 Gráfico Sondagem ISC/ISCTE 2004-2024. Elaborado pelo autor, 2025.

maior o valor, maior a dificuldade de acesso à habitação, Portugal passou a ocupar a pior posição de sempre, situando-se nos 157,7 pontos, 36% acima da média da Organização e 50% acima da média da zona euro.

Em resumo, passados 50 anos da Revolução dos Cravos, é possível dizer que os portugueses conseguiram conquistar a paz, o pão, a saúde e a educação, estas duas últimas com algumas ressalvas. Mas parece ser pouco provável que tenham completado os versos de Godinho (1974), já que é na habitação que se encontra a grande questão deste último meio século.

Só há liberdade a sério quando houver  
A paz, o pão  
habitação  
saúde, educação  
Só há liberdade a sério quando houver  
Liberdade de mudar e decidir  
quando pertencer ao povo o que o povo produzir

Quanto mais um país se democratiza, mais diversificam-se os locais de enunciação política (Pinto, 2009). Não apenas parlamentos, mas reuniões de movimentos populares, ocupações urbanas, redes sociais e protestos nas ruas, tornam-se arenas de debate. O “espaço político” redefine-se constantemente, desafiando hierarquias e buscando a reverberação máxima de sua voz.

Desde as mobilizações massivas do pós-25 de Abril, Portugal tem vivido ciclos de protesto moldados por contextos políticos e sociais distintos. Nos anos 80 os movimentos perderam intensidade frente ao ímpeto revolucionário da década anterior, embora greves sindicais mantivessem viva a resistência da classe trabalhadora e a causa habitacional ainda fosse latente.

Na década de 90, com a integração de Portugal na União Europeia, surge uma urbanização acelerada que traz consigo novas políticas habitacionais visando colmatar a questão. Não conseguem dar fim a causa, mas abrandam a voz popular, que acaba por ser marcada por outros confrontos como a revolta dos camionistas contra as portagens da Ponte 25 de Abril em 1994 (RTP Arquivos, 1994) e o surgimento de causas como a independência de Timor-Leste e a descriminalização do aborto.

O século XXI presencia uma queda brutal na construção de casas (Pinto 2008) além de novos protagonismos: em 2001, a oposição às reformas do sistema educativo; em 2011, a “Geração à Rasca” (Pinto 2019) que levou meio milhão às ruas contra a precariedade laboral; seguida em 2012 e 2013 pelo movimento “Que se Lixe a Troika!” (Expresso 2023), que desafiava as medidas de austeridade pós-crise financeira.

Após um declínio na frequência de protestos entre 2014 e 2019 (Fernandes et al. 2021), a reorganização pós-pandemia reacendeu a mobilização social, agora impulsionada por lutas urgentes. Nas pautas, a crise da educação, os apoios à Ucrânia e à Palestina, a emergência climática, o aumento no custo de vida e novamente com força e organização, a crise habitacional. Cada onda, distinta em forma e conteúdo, reflete a pulsação de uma democracia que, de facto, se reinventa nas ruas.

Junto aos avanços sociais, políticos e económicos e, nomeadamente ligado aos retrocessos, o período compreendido nos últimos 50 anos em Portugal contou com a presença de inúmeras manifestações que acabaram por desempenhar um papel crucial no entendimento da causa habitacional portuguesa, uma vez que revelaram o descontentamento e a urgência da população. Apesar do fortalecimento democrático, a passagem dos anos trouxe consigo um arrefecimento das organizações populares e, portanto, é possível afirmar que a

importância das manifestações aumenta à medida em que passam a protagonizar as lutas por justiça social.

Estas, tornam-se instrumentos de uma busca por legitimar a participação cidadã nos rumos da governação, que desde a promulgação da Constituição, optou por desincentivar a criação e o fortalecimento de movimentos sociais (Drago *ibid.*). Refletem o desagrado crescente da população face às dificuldades em encontrar uma habitação adequada e acessível. Como define trecho do manifesto do Movimento Porta a Porta (Movimento Porta a Porta, n.d.)

“Para termos família, precisamos de casa. Para trabalhar, precisamos de casa. Para estudar, precisamos de casa. Para envelhecer, precisamos de casa. Para viver com dignidade e em liberdade, precisamos de casa.”

Mas do ponto de vista da eficiência, talvez seu principal objetivo esteja no facto de chamar a atenção, de tornar-se visto, ou seja, de lutar pela visibilidade. Portanto, não é estranho perceber que muitas vezes, o foco direto do protesto não é o cidadão, mas sim a lente de uma câmara, que ao realizar o registo, permite que este amplie radicalmente sua zona de influência. Assim, as imagens e comunicações visuais registadas nesses eventos capturam a emotividade e a indignação reinante para além de fornecerem uma rica fonte de dados visuais que tangibiliza estatísticas e relatos textuais, podendo oferecer em uma análise metodológica e pormenorizada, uma perspetiva completa sobre como a sociedade portuguesa está a lidar com a questão.

Ao ocupar espaços públicos e ganhar cobertura mediática e as *timelines* das redes sociais, estas ações sensibilizam a sociedade e geram pressão em governantes e legisladores que são muitas vezes compelidos a responder às demandas, seja através da criação de novas políticas habitacionais ou pela implementação de medidas de emergência para aliviar as crises. As manifestações têm ainda o potencial de unir

diferentes grupos sociais e criar movimentos de solidariedade, amplificando o impacto das reivindicações. São capazes de mudar a perceção pública, ajudando a desconstruir estigmas e promovendo uma visão mais empática e solidária.

A criação de uma base de dados centralizada e acessível de imagens e vídeos de protestos, aliada à análise visual pormenorizada, pode estabelecer significados e contribuir para o estudo dos movimentos sociais em Portugal. Segundo Carvalho (2019) “o estudo dos protestos permite iluminar arranjos políticos mais amplos, sendo central para os processos de mudança políticos em democracia.”

No entanto, para o período compreendido neste estudo, é possível encontrar acervos de imagens, normalmente fragmentados e sem grande amparo de análise ou literatura que trate sobre o tema. É assim, por exemplo, com imagens – fotografias e vídeos – ligadas ao 25 de Abril (Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica 1974) e às manifestações Pós-25 de Abril (Centro de Documentação 25 de Abril and Costa, n.d.), normalmente conectadas com investigações sobre o Programa SAAL (Dias 2007), as casas de lata e as ilhas portuenses (Costa 2010). Mas novamente, em termos de literatura associada às imagens, até o momento o que se revela é uma escassez de publicações.

As décadas de 80 e 90 não são tão frutíferas em termos de acervo de imagens, com dispersão de informações e quase nenhuma literatura que busque tratar do tema. Este período, como já citado anteriormente, experimenta um certo abrandamento das manifestações que, portanto, geram menor volume de registos. Já no século XXI, a proliferação de tecnologias de captura e disseminação de imagens, tais como *smartphones* e redes sociais, transformou a forma como os protestos são documentados e compreendidos. Um exemplo é dado pelo esforço singular da Ephemera - Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira (Pereira, n.d.), que reúne um acervo mais recente com imagens e utensílios relativos às manifestações.

Contudo, a análise sistemática e visual desses eventos em Portugal ainda permanece desagregada. Já a literatura existente sobre protestos em Portugal também é limitada e frequentemente dispersa entre diferentes fontes, incluindo relatórios de organizações não-governamentais (Amnistia Internacional, 2023), artigos de imprensa e estudos académicos isolados. Estes estudos tendem a focar-se em aspectos específicos, como as motivações sociais e políticas dos protestos, sem uma abordagem coesa que englobe o componente visual. Exceção novamente é dada pela Ephemera que por meio da obra “Que Força é Essa” (Silva 2019) estabelece uma curadoria de imagens de protestos, sendo estes contra a Troika, marchas LGBTI+, em prol de direitos para as mulheres e ainda greves internacionais como a Climática Estudantil.

### A imagem como dado etnográfico

Podemos dizer que a imagem, longe de ser estática, é um verdadeiro campo de batalha semiótico. No contexto deste estudo, para além de um registo, é um ato político, um espaço de disputa de sentidos, memórias e narrativas. No âmbito das lutas sociais em Portugal, especialmente no que diz respeito à habitação, a imagem – seja um cartaz de protesto, um mural, uma fotografia de manifestação ou um meme digital – torna-se um testemunho das desigualdades e resistências que marcam o espaço urbano.

Como observa Pink (2007), a etnografia visual não se limita a coletar dados, mas sim a criar e representar conhecimento a partir das experiências do próprio investigador, oferecendo versões da realidade que sejam leais ao contexto, às negociações e às intersubjetividades que atravessam e permeiam o processo de pesquisa.

Esse campo de estudo mostra-se cada vez mais relevante, especialmente à luz das possibilidades abertas pela etnografia visual e pelas analogias visuais, que, segundo Stafford (1999), têm o potencial de gerar empatia pelas desigualdades

comunicadas, mesmo quando os acervos se apresentam fragmentados ou desconectados. Assim, um cartaz de protesto nas ruas de Lisboa ou Porto é denúncia da gentrificação, prova da persistência de demandas não atendidas e símbolo de uma luta que atravessa gerações.

A etnografia visual, como propõe Pink (ibid.), desafia a ideia de que qualquer experiência, ação, artefato ou imagem possa ser reduzida a um único significado estático. Ao contrário, cada imagem pode ser redefinida em diferentes situações, por diferentes indivíduos e sob diferentes discursos. Não é possível medir a etnograficidade de uma imagem apenas por sua forma ou conteúdo. Esta depende de como a imagem é situada, interpretada e usada para referenciar significados e conhecimentos de interesse etnográfico. Desta forma, a imagem pode e deve ser combinada com práticas textuais, históricas, narrativas ou estatísticas, compondo uma verdadeira rede de sentidos.

A onnipresença dos registos visuais no mundo contemporâneo – das redes sociais aos *smartphones*, dos murais urbanos às transmissões de protestos feitas em “*lives*” – transforma a imagem em um fenômeno central da vida pública e política. Pink (ibid.) observa que as imagens permeiam o trabalho académico, a vida quotidiana e os mundos digitais, habitando e inspirando nossa imaginação, tecnologias, textos e conversas. Elas não são apenas registos técnicos, mas atos de ocupação do visível, instrumentos de disputa simbólica e política.

Nas ruas das cidades portuguesas, essa dualidade se manifesta de forma aguda: cartazes de protesto disputam espaço com anúncios de imobiliárias de luxo, enquanto *smartphones* capturam tanto a entrada de turistas em alojamentos locais quanto o despejo de moradores. A câmara, nesse contexto, é extensão do olhar ativista e militante – nunca neutra, sempre situada. Pode ser arma e arquivo, denúncia e memória.

A polissemia das imagens, longe de ser uma limitação, é precisamente o que lhes confere força etnográfica, já que qualquer fotografia pode ter interesse etnográfico em determinado momento ou contexto, e seus significados são sempre arbitrários e subjetivos, dependendo de quem olha, do tempo e do espaço da observação (Pink, *ibid.*). Uma foto de uma ocupação pode ser lida como resistência por uns e vandalismo por outros. Essa ambiguidade permite que as imagens transcendam o contexto imediato, tornando-se veículos de múltiplas narrativas e interpretações.

No entanto, é fundamental reconhecer, como alerta Collier (2001), o caráter “construído” das fotografias e vídeos. Eles são produzidos, visualizados e analisados sob influências individuais, culturais e políticas. O risco, nesse discurso, é cair na ilusão de que as imagens não contêm nada além de seu conteúdo construído, esquecendo que também são testemunhos diretos de experiências vividas.

A análise etnográfica das imagens exige, portanto, uma mediação discursiva que vá além do que é visível. Pink (*ibid.*) ainda destaca que as fotografias sozinhas dificilmente representam emoções, relações de poder ou experiências de exploração; precisam ser contextualizadas por discursos, relatos e entrevistas. O desafio é navegar entre o que a imagem mostra, o que silencia e o que elucida. Como reflete Sontag (2004), a fotografia não explica, apenas confirma. Assim, os registos visuais deste estudo são testemunhos diretos e objetivos de uma realidade persistente, mas também são provas de que direitos constitucionais, por si só, não resolvem a crise habitacional.

A força simbólica das imagens reside justamente em sua capacidade de operar como sementes de futuros possíveis. Ami

Roomberg em *Archive for Research in Archetypal Symbolism* (2010), nos lembra que imagens simbólicas são mais do que dados: são veículos vivos de potencialidades. Um cravo vermelho em um cartaz de 1974 ou de 2024 não é apenas memória da Revolução, mas esperança de que ideias de um mundo melhor possam florescer a qualquer momento.

No entanto, parece que isto só se dá à medida em que conseguimos ter uma visão macro dos acontecimentos, ou seja, a força das imagens das manifestações, e por consequência dos movimentos associados, pode estar justamente na narrativa conjunta e linear que a reunião de imagens e análise etnográfica e semiótica dos elementos, signos e sensações, inclusive comparativa, pode estabelecer.

Deste modo, este estudo, por meio da análise etnográfica e comparativa de imagens e comunicações visuais dos protestos e de sua observação manifestante<sup>3</sup>, pode auxiliar na construção de uma narrativa mais pormenorizada e personificada, sublinhando a urgência de encontrar soluções para um dos problemas sociais mais prementes do nosso tempo. Para além disso, pode acrescer valor à democracia, ao direito à expressão e à defesa da liberdade, que em tempos de crescentes movimentos nacionalistas, fascistas e que afrontam direitos humanos, torna o estudo ainda mais relevante.

### A análise comparativa e os dípticos reveladores

O gatilho para este estudo foi uma fotografia de autoria de Alexandre Alves Costa<sup>4</sup>. Na imagem é possível ver dois jovens tentando colocar uma faixa à porta principal da Câmara da cidade do Porto (Figura 2).

3 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Observação\\_Manifestante](https://pt.wikipedia.org/wiki/Observação_Manifestante)

4 Nascido em 2 de fevereiro de 1939, Alexandre Vieira Pinto Alves Costa é um arquiteto português. Foi professor do curso de Arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto, membro do Partido Comunista Português (1961-1968) e preso três vezes pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado). No Pós-25 de Abril, fez parte da Comissão Coordenadora do SAAL/Norte.



**Fig. 2** Fotografia de Alexandre Alves Costa, 1974.

O contacto com esta foto ocorreu em meados de 2023, período em que diversas manifestações estavam acontecendo nas principais cidades de Portugal. O registo de Alves Costa desencadeou o processo de pesquisa secundária por imagens relativas à habitação e aos protestos por casas em Portugal.

Entre os documentos visuais coletados, dois chamaram a atenção pelo seu enquadramento similar. Neles podemos ver duas cenas de Lisboa. Na esquerda (Figura 3), a presença da mãe e possivelmente de seus três filhos, que posam para a foto, à porta de sua casa de lata emoldurada pelo característico estendal, em uma demonstração de rusticidade e miséria. A senhora aparenta estar grávida e segura um pacote.

À direita (Figura 4), temos uma jovem que também posa à frente da porta de sua casa que, apesar dos 50 anos de distância entre um momento e outro, também é de lata. Ela também aparenta estar grávida e segura um telemóvel. Os sentimentos de abandono, privação e instabilidade estão presentes. Esta infeliz similaridade que demonstra a fragilidade da questão habitacional, despertou o interesse pela metodologia comparativa aplicada ao estudo.

A partir deste momento, foram definidos os períodos que seriam analisados: denominados de agora em diante de 1º Período, o Pós-25 de Abril compreendido entre 1974 e 1977, e de 2º Período, a atualidade compreendida entre 2019 e 2024. O primeiro passo efetivo para este estudo foi



**Fig. 3** Fotografia de Fernando Mariano Cardeira, 1968.

a busca e coleta de imagens que pudessem representar os períodos propostos.

A Revolução dos Cravos teve uma cobertura relativamente farta em termos de registos visuais, tanto por parte de fotógrafos portugueses quanto internacionais. Nos períodos seguintes ao 25 de Abril, rompeu a mobilização popular pela habitação que passou a estar presente nestes registos, nomeadamente em marchas contra as condições indignas



**Fig. 4** Fotografia de Habitat!, 2020.

acentuadas pelos despejos e arrendamentos ilegais, pelas “ilhas”<sup>5</sup> e casas de lata<sup>6</sup> e pela sobreocupação.

Partindo de fotografias de Mariano Cardeira<sup>7</sup> e Alves Costa, este último figura importante nas chamadas Operações SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local<sup>8</sup>, foi se estabelecendo um acervo significativo de documentos visuais que, após visitas e acessos aos espólios constantes do Centro de Documentação 25 de Abril (Figura 5) – ligado à Universidade de Coimbra –, à Biblioteca da Câmara do Porto

5 Forma de habitação operária no Porto, com primeiros surgimentos no século XVIII, normalmente composta de duas filas de casas térreas separadas por um estreito arruamento, com uma única fachada. A tipologia consistia em três a quatro divisões, normalmente duas delas sem acesso à iluminação ou ventilação, com instalações sanitárias externas, colectivas e em número infimamente menor ao dos moradores.

6 Casas de lata ou bairros de lata são aglomerados de casas pobres, normalmente carentes de infraestruturas fundamentais e situados na periferia de centros urbanos.

7 Nascido em 11 de outubro de 1943, Fernando Mariano Cardeira é um engenheiro português. Foi militar, tendo desertado das Forças Armadas em 1970 por não desejar combater na Guerra Colonial. Exilou-se durante 4 anos na Suécia e ao retornar a Portugal no Pós-25 de Abril, foi reintegrado ao Exército, assumindo cargos de inteligência no governo provisório instaurado durante o PREC, Processo Revolucionário em Curso. Entre 1986 e 2004, atuou no Reactor Nuclear Português de Investigação e representou o país em vários comités científicos da OCDE e da União Europeia. Foi fundador da Associação de Exilados Políticos Portugueses (AEP61/74) em 2015 e Presidente da Direção da Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória-NAM no período entre janeiro de 2021 e julho de 2023. Publicou diversos livros e é fotógrafo.

8 Serviço de Apoio Ambulatório Local, programa estatal com início em julho de 1974 e término em 27 de outubro de 1976, tinha por objetivo colmatar as necessidades habitacionais das populações desfavorecidas, que logo após o 25 de Abril, fizeram ecoar as suas vozes. O programa pode ser considerado uma experiência inovadora com características únicas. Como ainda estava a decorrer o processo revolucionário, o Estado não tinha capacidade de desenvolver um programa de construção em massa de habitação social e então, o seu foco deveria ser a regulamentação e apoio, técnico e económico, às iniciativas da população. Assim, as soluções foram sendo criadas por meio de um processo participativo em que a sociedade, organizada em associações de moradores, estabelecia um diálogo com o corpo técnico do governo formado por arquitetos, engenheiros e assistentes sociais.



**Fig. 5** Interior do Centro de Documentação 25 de Abril. Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

e à Associação de Moradores da Bouça no Porto, além de buscas em repositórios e acervos online, formou uma coleção de 792 registos fotográficos do 1º Período.

Para representar o 2º Período, recorreu-se a registos de manifestações que foram realizadas por agências e meios de comunicação, bem como a produção de novos registos realizados tanto por estudantes do Mestrado em Design da Imagem da Faculdade de Belas Artes do Porto, como utilizando a metodologia da Observação Manifestante.

Neste contexto, as iniciativas utilizadas recolheram 560 registos que, somados aos do 1º Período, totalizaram 1352. É necessário salientar que até este momento não se buscava ainda o comparativo entre as imagens e sim a aleatoriedade dos registos, permitindo a formação de uma rica e extensa coleção visual.

O acervo passou então a ser analisado e catalogado com base nos tipos de manifestação e suportes de comunicação, no tom e conteúdo da mensagem escrita – nos casos em que esta era presente – e a presença de elementos ou de menção escrita a diversos conceitos que foram categorizados da seguinte forma:

- Contexto Político: referências a ideologias ou sistemas governativos;
- Direitos e Condições de Vida: necessidades básicas e direitos sociais que frequentemente se interligam à luta pela habitação;
- Financeirização: palavras e elementos que apontam para as questões económicas.
- Gestos e Representações: elementos corporais ou gestuais que simbolizam ação, resistência e participação;
- Habitação e Ação Direta: termos que expressam a centralidade do direito à habitação, as estratégias de luta e as condições enfrentadas por quem reivindica este direito.
- Memória de Abril: elementos que remetem à Revolução dos Cravos;
- Sujeitos e Identidade: termos e elementos que identificam os atores sociais, sua dimensão colectiva, nacional e geracional.
- Valores e Ideais: princípios e aspirações presentes nas mensagens.

Em resumo, o quadro apresenta na Tabela 1 apresenta as categorias e suas divisões.

Tabela 1 Categorização da curadoria de imagens. Elaborado pelo autor, 2025.

|                                 |                        |               |
|---------------------------------|------------------------|---------------|
| Tipos de manifestação e suporte | Anúncio                |               |
|                                 | Bandeira/Flâmula       |               |
|                                 | Cartaz                 |               |
|                                 | Cartaz Móvel em Cartão |               |
|                                 | Faixa                  |               |
|                                 | Folheto                |               |
|                                 | Mural                  |               |
|                                 | Objeto Tridimensional  |               |
|                                 | Pichação/Grafite       |               |
| Tom e conteúdos da mensagem     | Angústia               |               |
|                                 | Colectivo              |               |
|                                 | Empatia                |               |
|                                 | Exigência              |               |
|                                 | Histórico              |               |
|                                 | Humor                  |               |
|                                 | Individual             |               |
|                                 | Ironia                 |               |
|                                 | Ódio                   |               |
|                                 | Realidade              |               |
| Presença de elementos ou menção | Urgência               |               |
|                                 | Contexto Político      | Comunismo     |
|                                 |                        | Democracia    |
|                                 |                        | Fascismo      |
|                                 |                        | Poder Popular |
|                                 |                        | Polarização   |

|                                 |                              |                      |
|---------------------------------|------------------------------|----------------------|
| Presença de elementos ou menção | Direitos e Condições de Vida | Bem-estar            |
|                                 |                              | Comida               |
|                                 |                              | Dignidade            |
|                                 |                              | Educação             |
|                                 |                              | Pão                  |
|                                 |                              | Pobreza              |
|                                 |                              | Respeito             |
|                                 |                              | Saúde                |
|                                 | Financeirização              | Capital              |
|                                 |                              | Comprar              |
|                                 |                              | Custo de Vida        |
|                                 |                              | Dinheiro             |
|                                 |                              | Especulação          |
|                                 |                              | Juros                |
|                                 |                              | Renda/Arrendar       |
|                                 | Gestos e Representações      | Salários             |
|                                 |                              | Turismo              |
|                                 |                              | Vender               |
|                                 |                              | Chutar/Botas         |
|                                 |                              | Defecar              |
|                                 |                              | Mão/Punho            |
|                                 |                              | Matar                |
|                                 | Habitação e Ação Direta      | Ser Humano           |
|                                 |                              | Voz/Falar/Ecoar      |
|                                 |                              | Alojamento           |
|                                 |                              | Casa                 |
|                                 |                              | Desocupação/Ocupação |
|                                 |                              | Despejo              |
|                                 |                              | Expropriação         |
|                                 |                              | Gentrificação        |
|                                 |                              | Habitação            |

|                                 |                         |                     |
|---------------------------------|-------------------------|---------------------|
| Presença de elementos ou menção | Habitação e Ação Direta | Moradia             |
|                                 |                         | Morar               |
|                                 |                         | Precariedade        |
|                                 |                         | SAAL                |
|                                 |                         | Senhorio            |
|                                 | Memórias de Abril       | Cravo               |
|                                 |                         | Bandeira            |
|                                 |                         | 25 de Abril         |
|                                 |                         | Vermelho            |
|                                 | Sujeitos e Identidade   | Crianças/Filhos     |
|                                 |                         | Gente/Povo          |
|                                 |                         | Geração             |
|                                 |                         | Imigração           |
|                                 |                         | Juventude           |
|                                 |                         | Movimento           |
|                                 |                         | Mulher              |
|                                 |                         | Portugal/Nação/País |
|                                 |                         | Queer/LGBTQI+       |
|                                 |                         | Social              |
| Valores e Ideais                | Direito                 |                     |
|                                 | Força/Trabalho          |                     |
|                                 | Futuro                  |                     |
|                                 | Liberdade               |                     |
|                                 | Luta                    |                     |
|                                 | Organização             |                     |
|                                 | Paz                     |                     |
|                                 | Resistência             |                     |
|                                 | Revolução               |                     |
| Viver                           |                         |                     |

Estes dados foram inseridos em uma planilha onde, após filtragem e catalogação, foi possível estabelecer um recorte com 100 imagens de investigação (*research images*) e que se encaixavam nos pressupostos estabelecidos. Foi então realizado novo filtro, buscando desta vez estabelecer relações e semelhanças entre os documentos selecionados. O processo desencadeou uma última curadoria fixada em 50 registros, 25 de cada período investigado, que formaram 25 dípticos.

Essencial sublinhar a importância do espólio de Alves Costa já que a totalidade de imagens que retratam o 1º Período são de sua autoria em uma situação que ele mesmo define não como de observador, mas de ativista. Em entrevista com o arquiteto acerca de sua relação com a fotografia, sua participação no 25 de Abril, nas manifestações subsequentes e nas Operações SAAL, Costa (2025) afirma que:

“Para nós a paisagem da Revolução foi tão extraordinária que não quisemos deixar de registrar para o futuro. Houve uma vontade tremenda de registrar o que estava a passar, por um lado porque era extraordinariamente belo e em segundo lugar porque nós não éramos muito otimistas com o futuro, tendo os barcos americanos à vista. Em certo sentido estávamos a fazer uma documentação que sabíamos que seria útil de qualquer das formas. Minha ideia era constituir um espólio que de alguma maneira desse um retrato do que foi o SAAL não em termos de conteúdo, mas em termos de imagem.”

Por fim, o número 50, para além de ser uma amostra relevante de imagens, busca fazer uma relação direta com os últimos 50 anos de democracia portuguesa (1974 a 2024). Em resumo, a metodologia aplicada pode ser sintetizada no diagrama da Figura 6.

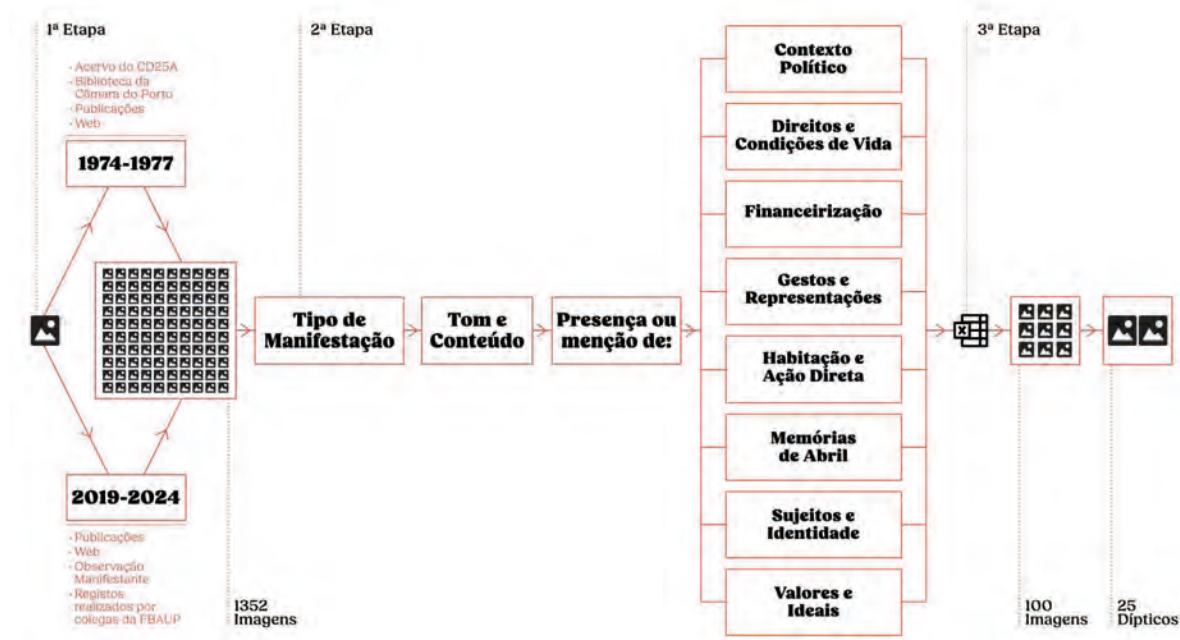


Fig. 6 Diagrama do processo de curadoria de imagens. Elaborado pelo autor, 2025.

Importa sublinhar que a utilização de dípticos como um processo comparativo, demonstrou-se fundamental já que permitiu criar um diálogo visual entre diferentes imagens, revelando relações, semelhanças e contrastes que dificilmente seriam percebidos em imagens isoladas, ou seja, ao justapor duas fotografias, o díptico ampliou o potencial interpretativo.

Seja por similaridade de signos, correspondência cromática ou de elementos (Figuras 7 a 12), os dípticos demonstram uma triste equivalência que colabora para a comprovação da hipótese deste estudo.



Fig. 7 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 8 Fotografia de Acção pela Habitação, 2019.



Fig. 9 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 10 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2023.



**Fig. 11** Cartaz criado por Cristina Reis e fotografia de Alves Costa, 1975.

Mais que isto, demonstram a necessidade inerente ao ser humano de ter um lar. A falta de uma casa é desterro existencial, geografia do abandono onde se acumulam privações, instabilidades e um desejo que, insaciável, atravessa gerações como cicatriz aberta.



**Fig. 12** Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

Os dípticos, em seu diálogo silencioso entre imagens, desvendam a transgeracionalidade como quem rasga um véu. São espelhos quebrados refletindo, em cacos sobrepostos, a mesma luta repetida – avós, pais e filhos enredados na teia de ausências que tecem, com fios de resistência, um mesmo bordado de urgências. A falta de um lar é um parágrafo insistente na narrativa colectiva. (Figuras 13 e 14).

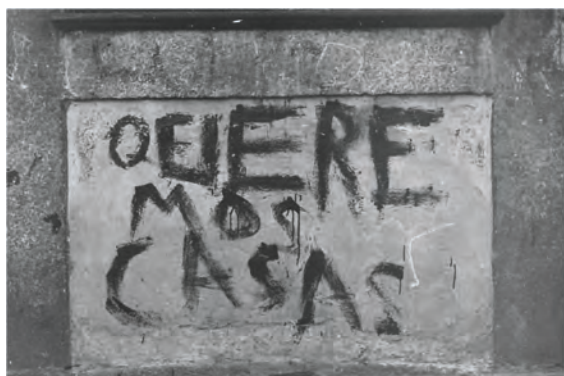


Fig. 13 Fotografia de Alves Costa, 1975.



Fig. 14 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2023.



Fig. 15 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 16 Fotografia de Acção pela Habitação, 2019.

Os dípticos revelam também, da celebração das ocupações no Pós-25 de Abril, a luta por manter-se no mesmo sítio (Figuras 15 e 16).

Da presença forte do comunismo à necessidade de se agregar novamente a luta pelo antifascismo (Figuras 17 e 18). Dos olhares fixos contornados pelo bailar das flâmulas (Figuras 19 e 20) ao compasso ritmado das marchas (Figuras 21 e 22).



Fig. 17 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 18 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 19 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 20 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 21 Fotografia de Alves Costa, 1976.



Fig. 22 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 23 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 24 Fotografia de Pedro Nunes, 2023.



Fig. 25 Fotografia de Alves Costa, 1976.



Fig. 26 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 27 Fotografia de Alves Costa, 1975.



Fig. 28 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

A voz ergue-se, potente e desafiadora, agora com o protagonismo de corpos femininos (Figuras 23 e 24), por vezes imigrantes, que podem carregar sotaques de terras distantes, mas que, nas ruas e praças, falam a língua universal da resistência (Figuras 25 e 26).

E que, tal como os outros, busca o poder popular e todas as possíveis benesses desta utopia ainda por se realizar (Figuras 27 e 28).



Fig. 29 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 30 Fotografia de Jaime Peña, 2024.



Fig. 31 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 32 Fotografia de Pedro Campos, 2024.



Fig. 33 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 34 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

Afinal, "É o povo quem mais ordena" (Figuras 29 e 30) e exige há 50 anos *Casa para todos* (Figuras 31 e 32) um grito que ecoa não apenas contra a falta de teto, mas contra os despejos que transformam cidades em cenários de exclusão,

especialmente nos grandes centros urbanos, onde a gentrificação avança como uma epidemia silenciosa, expulsando histórias para dar lugar ao lucro (Figuras 33 e 34).



Fig. 35 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 36 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 37 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 38 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 39 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 40 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

E se no Pós-25 de abril o lema era “Casas sim, barracas não”, agora o lucro é ponto de questão (Figuras 35 e 36). Se a luta era por expropriar bairros, reduziu-se e focou-se nos senhorios (Figuras 37 e 38). O que antes era uma batalha por território, transformou-se em combate contra as fronteiras

invisíveis do capital, que transformam moradias em cifras e vidas em dívidas.

As crianças e jovens (Figuras 39 e 40) ainda sonham inspirados pelo refrão de Godinho (ibid.). E se antes exigiam ao



Fig. 41 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 42 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 43 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 44 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 45 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 46 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

menos um quarto, agora buscam uma sonhada e cada vez mais postergada independência (Figuras 41 e 42). O mercado (Figuras 43 e 44), que parece ser um dos responsáveis pelo que poderíamos considerar como um looping

reivindicante, e infelizmente até o momento infinito, tem oferecido muitas vezes apenas a indignidade (Figuras 45 e 46) em contraponto direto aos pedidos por habitação digna e de direito (Figuras 47 e 48).



Fig. 47 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 48 Fotografia de Pedro Campos, 2024.



Fig. 49 Fotografia de Alves Costa, 1975.



Fig. 50 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.



Fig. 51 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 52 Fotografia de J. A. Tulio Filho, 2024.

A pressão no custo de vida não possui a mesma medida e força que a pressão por ocupar aquilo que está vazio, espaços que o mercado insiste em manter desabitados (Figuras 49 e 50).

Ao final, o que desejam os manifestantes é algo simples: boas casas para viver (Figuras 51 e 52). Casas que com cinquenta anos de distância ainda são um desejo às costas (Figuras 53 e 54) e que ao passar das gerações ainda fazem



Fig. 53 Fotografia de Alves Costa, 1975.



Fig. 54 Fotografia de Armando Franca, 2023.



Fig. 55 Fotografia de Alves Costa, 1974.



Fig. 56 Fotografia de Pedro Campos, 2024.

parte de um cartaz escrito e pintado à mão, agora com um toque de empoderamento é verdade, mas mesmo assim, ainda sem solução (Figuras 55 e 56). A análise visual comparativa revelou-se uma ferramenta indispensável para desvendar a transgeracionalidade da crise habitacional portuguesa, comprovando que demandas por habitação digna transcendem contextos políticos e económicos radicalmente distintos, separados por cinco décadas.

Ao contrapor imagens de protestos de dois períodos, os dípticos demonstraram a recorrência de símbolos – o cravo, a mão, a casa –, a semelhança cromática e composicional e a continuidade de uso e referenciação de mensagens inscritas nos slogans e palavras de ordem.

Podem demonstrar também uma repetição em termos produtivos já que boa parte das comunicações ainda são escritas ou pintadas à mão, com uso de tipografias vernaculares, sobre pedaços de cartão reutilizados ou sobre panos, ora com técnicas simples, ora elaboradas – costura, stencil, colagem.

A semelhança pode ser estendida aos momentos onde estas comunicações foram preparadas, ou seja, apesar da distância temporal, quer individualmente ou colectivamente, ainda temos a necessidade de um espaço de tempo para a confecção, normalmente dividido entre a reflexão, a criação – por vezes o debate – e a inserção da mensagem em uma superfície.

Mas o que talvez seja mais importante nesta comparação é a demonstração de similaridades e padrões profundos de mobilização colectiva e resistência estrutural que de certo modo nos anestesiam e nos fazem refletir quase que automaticamente que nada mudou, como se vivêssemos uma eterna recorrência de ciclos.

Portanto, a força desse modelo de “antes e depois” ou nesse caso, “antes e agora” que as imagens combinadas trazem, está justamente na humanização de números e dados estatísticos, que nos aproximam do tangível, eliminando uma possível banalidade a qual a notícia e sua hiper difusão nos afetam diariamente, e que expõe a negligência, possíveis erros baseados em políticas repetidas, por vezes excludentes, e as faltas de planeamento e de visões holística e de futuro.

Ao longo da investigação, esta análise foi apresentada em diferentes contextos – académicos, associativos e públicos. Em todos eles, chamou atenção a reação dos espectadores diante do impacto das imagens e da impressionante semelhança entre signos, enquadramentos e mensagens. Muitas vezes, isso gerou confusão sobre a época de cada imagem, dificultando distinguir o que era passado e o que era presente.

Um exemplo marcante ocorreu após a entrevista com o Arquiteto e Professor Alexandre Alves Costa. O investigador mostrou-lhe os dípticos para confirmar a autoria das imagens atribuídas a Costa. Ao chegar ao díptico formado pelas Figuras 53 e 54, Costa não teve dúvidas sobre a Figura 53, de sua autoria e produzida no Porto em 1975. No entanto, ao ver a Figura 54, ele pensou que esta também fosse sua, devido à semelhança, tendo mantido sua posição até que o investigador explicou que, na verdade, a imagem havia sido feita em 2023 por Armando Franca, durante uma manifestação em Lisboa, e que ela representava uma referência dos jovens atuais às ações dos jovens do passado.

## Conclusões, limitações e perspectivas futuras

Com base na análise dos registos visuais e respondendo à questão inicialmente levantada por este estudo, comprova-se a persistência transgeracional da crise habitacional em Portugal. A pesquisa demonstra que, apesar das mudanças políticas e sociais, as demandas por habitação digna permanecem essencialmente as mesmas. A análise de 1352 registos fotográficos, organizados em 25 dípticos, evidenciou a recorrência de símbolos, discursos e elementos visuais que atravessam décadas, como a luta contra os despejos, a especulação imobiliária, a presença de espaços vazios e a desigualdade social.

Os resultados mostram que, apesar da continuidade da causa por décadas, a comunicação visual tem sido uma ferramenta poderosa de mobilização social, capaz de traduzir indignação e urgência em imagens que ecoam do passado e se perpetuam no presente.

Elementos como cartazes, faixas e grafites, além de símbolos como o cravo e referências ao 25 de Abril, reforçam a continuidade de uma narrativa colectiva que reivindica o direito à habitação. A análise também destacou o protagonismo feminino e a diversidade de vozes que enfrentam desafios adicionais no acesso à habitação. As imagens demonstram que muitas vezes reside no protesto pela habitação o amparo a outras causas igualmente relevantes. No passado, o antifascismo, a valorização do proletário, a mudança do papel da mulher na sociedade portuguesa e a afirmação da indivisibilidade de direitos conexos ao exercício pleno da cidadania. Na atualidade o feminismo, as questões de género, a imigração, o antifascismo, as questões climáticas e de natureza geopolítica, como a causa palestina.

A Observação Manifestante, metodologia proposta pelo estudo, mostrou-se eficaz ao contribuir para o rompimento da ilusão da neutralidade científica, permitindo que o investigador se engajasse ativamente no campo de estudo, produzindo conhecimento a partir de uma posição explícita e comprometida com a justiça social. Essa abordagem não apenas enriqueceu a coleta de dados, mas também contribuiu para a construção de uma narrativa mais personificada e urgente sobre a crise habitacional.

Concluindo, este estudo oferece contribuições significativas para o campo do design, da etnografia visual, de novos métodos de investigação como a observação manifestante e dos estudos sobre movimentos sociais. Ao analisar a comunicação visual produzida em protestos, o trabalho demonstra como esta pode ser uma ferramenta de resistência e mobilização, capaz de traduzir demandas complexas em mensagens visuais impactantes. Mas é sempre importante ter em mente que os significados das imagens variam conforme seus contextos e observadores.

A metodologia da Observação Manifestante pode representar uma inovação metodológica, ao propor que o investigador assuma um papel ativo e engajado, colaborando para o questionamento da neutralidade científica e abrindo caminho para pesquisas que buscam não apenas entender, mas também transformar realidades sociais. Porém é importante perceber que por sua natureza engajada, pode introduzir um viés de participação. Isso pode levar a uma leitura mais parcial das imagens e das narrativas visuais, especialmente ao analisar contextos onde o investigador está emocionalmente envolvido.

Além disso, o estudo contribui para o fortalecimento da justiça social e dos movimentos pela habitação, ao tornar visível a luta transgeracional por habitação digna. Ao evidenciar a persistência de demandas não atendidas, mesmo após 50 anos de democracia, o trabalho é em si mesmo um instrumento de ativismo, pressionando por uma revisão urgente

das políticas habitacionais em Portugal e em contextos semelhantes, embora tenhamos a consciência de que a distância entre a academia e os tomadores de decisão pode limitar o impacto prático da investigação. A análise comparativa das imagens também oferece um modelo metodológico para futuras investigações que busquem entender a evolução de movimentos sociais por meio de registros visuais.

Em termos de sugestões para futuras investigações, fica latente a possibilidade de expansão tanto temporal quanto geográfica, permitindo comparações mais amplas e a identificação de padrões globais. Para além disso, a oportunidade de investigar o papel das redes sociais e das tecnologias digitais na produção e disseminação de registros visuais de protesto, explorando plataformas como Facebook, Instagram, TikTok e X têm influenciado a mobilização social, a construção de narrativas visuais e por vezes contribuído para a desinformação no âmbito da causa.

Também parece ser importante analisar como imagens e comunicações visuais produzidas em protestos têm influenciado a formulação de políticas públicas habitacionais, identificando casos em que a pressão social resultou em mudanças concretas, bem como investigar como os registros visuais de protesto são recebidos e interpretados por diferentes públicos, incluindo legisladores, os media e a população em geral, para entender seu impacto na opinião pública e na construção de empatia.

Por fim, a possibilidade de desenvolver dois caminhos de investigações em cooperação direta com comunidades. Em um sentido, a possibilidade de trabalhar em conjunto com disciplinas do Ensino Secundário, como História e Estudo do Meio, servindo de exemplo e facilitando a compreensão dos elementos da sociedade portuguesa, dos direitos e da justiça social, sensibilizando assim os jovens para que possam ter, para além de uma visão mais holística e empática, uma percepção melhor de seu papel enquanto cidadãos.

E em outro rumo, estudos que envolvam diretamente os participantes dos movimentos sociais na coleta e análise de dados, fortalecendo a relação entre academia e ativismo e garantindo que as vozes dos grupos marginalizados sejam centrais no processo de produção de conhecimento, podendo ainda criar uma plataforma digital colaborativa para o armazenamento e análise de imagens de protestos, permitindo que investigadores, ativistas e o público em geral acessem e contribuam para a construção de um arquivo vivo da luta por direitos sociais.

## Referências

- Amnistia Internacional. 2023. "A liberdade como bandeira." Amnistia Internacional. <https://www.amnistia.pt/a-liberdade-como-bandeira/>.
- Antunes, Gonçalo. 2019. "Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974." *Forum Sociológico* 34: 7-17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>.
- Archive for Research in Archetypal Symbolism. 2010 (A. Ronnberg & K. Martin, Eds.). Taschen.
- Bandeirinha, José A. 2007. O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Universidade de Coimbra.
- Carvalho, Tiago. 2019. "Protesto e democracia em Portugal." Fundação Francisco Manuel dos Santos, Abril 17, 2019. <https://ffms.pt/pt-pt/atualmentes/protesto-e-democracia-em-portugal>.
- Centro de Documentação 25 de Abril e Alexandre A. Costa. n.d. Coleção de Fotografias. Universidade de Coimbra. Accessed Outubro, 2023. <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/1353>.
- Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica, dir. 1974. *As Armas e o Povo*.
- Collier, Malcolm. 2001. "Approaches to analysis in visual anthropology. Handbook of visual analysis." 35-60. <https://doi.org/10.4135/9780857020062.n3>.
- Costa, Alexandre A. 2025. Comunicação pessoal. Escritório de Alexandre Alves Costa, Porto.
- Costa, Catarina A., dir. 2010. *Casas para o Povo*. Portugal.
- Dias, João, dir. 2007. *As Operações SAAL*. Portugal: OPTEC.
- Drago, Ana. 2024. A cidade democrática: habitação e participação política no pós-25 de Abril. Lisboa: Tinta-da-China.
- Expresso. 2023. "2012: quando milhares de portugueses foram para a rua gritar "que se lixe a troika"." In *Liberdade para Pensar*. Expresso. Podcast. <https://omny.fm/shows/liberdade-para-pensar/2012-quando-milhares-de-portugueses-foram-para-a-r/>.
- Ferreira, A. F. .2005. Gestão estratégica de cidades e regiões. Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas.
- Godinho, Sérgio. 1974. "Liberdade," Música. In *Álbum "À Queima Roupá"*. Vancouver/Lisboa, Canadá/Portugal.
- Hanington, Bruce, and Bella Martin. 2019. *Universal Methods of Design Expanded and Revised: 125 Ways to Research Complex Problems, Develop Innovative Ideas, and Design Effective Solutions*. Rockport Publishers.
- ICS/ISCTE. 2024. "Sondagem Os portugueses e o 25 de Abril." Sondagens ICS/ISCTE. [https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/04/Estudo-ICS\\_ISCTE\\_25A.pdf](https://sondagens-ics-ul.iscte-iul.pt/wp-content/uploads/2024/04/Estudo-ICS_ISCTE_25A.pdf).
- Neves, José L., Luís P. Nunes, and Susana L. Marques. 2024. *Portugal Ano Zero - Livros de Fotografia da Revolução, Exposição*. Centro de Arte Oliva, São João da Madeira.
- OECD Affordable Housing Database. (2025). OECD. Retrieved Janeiro, 2025, from <https://www.oecd.org/content/oecd/en/data/datasets/oecd-affordable-housing-database.html>

- Pereira, José P. n.d. EPHEMERA - Biblioteca e arquivo. Accessed April 21, 2025. <https://ephemerajpp.com>.
- Pink, Sarah. 2006. *The Future of Visual Anthropology: Engaging the Senses*. Routledge.
- Pink, Sarah. 2007. *Doing Visual Ethnography*. 2nd Edition ed. SAGE Publications.
- Pinto, Celi. 2009. "Elementos para uma análise de discurso político." *Acoustics, Speech, and Signal Processing Newsletter*, IEEE, no. Barbarói (Abril), 81-118. [https://www.researchgate.net/publication/277858930\\_Elementos\\_para\\_uma\\_analise\\_de\\_discurso\\_politico](https://www.researchgate.net/publication/277858930_Elementos_para_uma_analise_de_discurso_politico).
- Pinto, Diogo V. 2019. "Geração à Rasca: das ruas para o museu do Parlamento Europeu." *Jornal I*, Março 11, 2019. <https://ionline.sapo.pt/2019/03/11/geracao-a-rasca-das-ruas-para-o-museu-do-parlamento-europeu>.
- Pinto, Luísa. 2008. "Construção de casas caiu para metade desde 2000." *Público*, Agosto 14, 2008. <https://www.publico.pt/2008/08/14/jornal/construcao-de-casas-caiu-para-metade-desde-2000-272332>.
- Pinto-Coelho, Zara, Ana M. Brandão, and Silvana Mota-Ribeiro. 2021. *Do poder político e discursivo das imagens de protestos feministas*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho.
- Pordata. 2021. *Habituação em Portugal nos Censos de 2021*. <https://www.pordata.pt/subtema/portugal/habitacao-564>.
- Rodrigues, Guilherme, Ana Drago, João Reis, Guilherme Ferreira, and Nuno Serra. 2024. "Estudo Causa Pública - Portugal tem uma das maiores crises habitacionais da Europa." no. *Causa Pública* (Novembro). <https://causapublica.org/estudos/portugal-tem-uma-das-maiores-criSES-habitacionais-da-europa/>.
- Roseta, Helena. 2024. *Habituação & liberdade*. Lisboa: Caleidoscópio.
- RTP Arquivos. 1994. "Confrontos na Ponte 25 de Abril." RTP (Lisboa), Junho 24, 1994. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/confrontos-na-ponte-25-de-abril>.
- Silva, Helena S., ed. 2019. *Que força é essa: protesto e participação democrática em Portugal*. Tinta da China.
- Sontag, Susan. 2004. *Sobre fotografia*. Translated by Rubens Figueiredo. Companhia das Letras.
- Stafford, Barbara M. 1999. *Visual analogy: consciousness as the art of connecting*. MIT Press.
- Tomitsch, Martin, and Cara Wrigley. 2018. *Design. Think. Make. Break. Repeat.: A Handbook of Methods*. BIS Publishers.
- Vilaça, Eduardo. 2001. "O "Estado da Habitação" - Medidas sem Política num País Adiado." *Cidades- Comunidades e Territórios* 3 (Dezembro): 83-92.